

Dívida: ^{ext.} governo

Segundo Funaro e Sayad, a partir do acordo obtido pelo México

O BRASIL E O MUNDO

JORNAL DA TARDE

quer mais concessões.

com seus credores, existem condições para se obter mais vantagens na renegociação.

As vantagens concedidas pelos bancos estrangeiros ao México, e que incluem uma redução significativa dos spreads (taxas de risco) cobrados daquele país, serão o ponto de partida da nova rodada de negociação da dívida externa brasileira — segundo disseram ontem os ministros Dilson Funaro, da Fazenda, e João Sayad, do Planejamento, ao presidente José Sarney, durante uma reunião realizada no Palácio do Planalto. Os ministros mostraram-se muito otimistas com a possibilidade de o Brasil vir a conseguir, na próxima rodada de negociações com os seus credores no Exterior, condições de pagamento até mesmo melhores que aquelas conseguidas pelo México.

No entendimento dos ministros Funaro e Sayad, se os bancos estão dispostos a conceder uma série de vantagens ao México, cuja economia tem encontrado maiores obstáculos a uma política de ajustamento que a brasileira, não terão como se negar a favorecer o Brasil, que tem sido um cliente exemplar no pagamento pontual dos seus compromissos.

Os ministros não acreditam, segundo se informou no Palácio do Planalto ao final da reunião com o presidente, que o Brasil deixe de obter certas vantagens na negociação da sua dívida externa, por se recusar a aceitar o monitoramento do Fundo Monetário Internacional.

Os bancos privados estrangeiros — segundo explicaram ao presidente Sarney — já aceitam tranquilamente a posição do governo brasileiro de não ser monitorado pelo FMI. Quem vem, segundo ele, relutando em acatar esta posição são os representantes do Clube de Paris (autoridades dos governos dos países ricos) e, principalmente, as autoridades do governo dos Estados Unidos. Isso — admitiram — cria algum problema para o Brasil, que deve US\$ 7,9 bilhões ao Clube de Paris, mas, assim entendem, “um problema perfeitamente administrável”. Haja vista que o Brasil decidiu, unilateralmente, fixar sua própria forma de pagamento dos juros da dívida externa contraída

com o Clube de Paris, sem que tenha ocorrido qualquer negociação. Se esta negociação continuar não ocorrendo porque o País não vai aceitar o monitoramento do Fundo, então, segundo Sayad e Funaro, tudo o que se tem a fazer é deixar as coisas como estão. E o Brasil continua pagando o que deve de forma unilateral e, ao que repete o ministro Funaro, o governo brasileiro “tem certeza de que ninguém vai devolver o cheque”. No que se refere às amortizações com o Clube de Paris elas também continuarão a ser feitas caso a caso, através de acordos individuais com cada um dos credores, especificamente.

Os ministros da Fazenda, e do Planejamento, segundo se informou ontem no Palácio do Planalto, entendem que as condições concedidas pelos bancos privados ao México, na renegociação da dívida externa daquele país, são um fato auspicioso para todos os demais devedores e principalmente para o Brasil. E certo — assinalam os ministros — que o poder de barganha de todos os devedores se fortalece ante o exemplo mexicano.

Entre as condições concedidas ao México, pelos credores estrangeiros, destacam-se um spread (taxa de risco), mais baixo, de 0,8125% (contra os 1,125% cobrados ao Brasil), mas apenas para o dinheiro novo; concessão de novos empréstimos, no valor de US\$ 500 milhões, caso o país não registre crescimento econômico; e o estudo da concessão de novas vantagens ou redução do fluxo de pagamento, caso os preços do petróleo no mercado internacional sofram nova baixa.

Embora o Brasil, segundo a posição do governo brasileiro, não necessite de dinheiro novo mediante “jumbos” ou pacotes consolidados de aporte de recursos, entende que a fixação de uma taxa menor de spread abre um precedente seguro para a negociação geral de taxas menores. O dinheiro novo que o Brasil deseja — lembraram os ministros durante a reunião com o presidente da República — é o dinheiro vindo dos empréstimos voluntários.

Conable defende ajuste econômico

O presidente do Banco Mundial, Barber Conable, disse ontem que os países que apresentam um plano bem definido de metas de ajuste econômico têm melhores possibilidades de chegar a um acordo com os bancos para a renegociação de sua dívida. No caso específico do Banco Mundial, disse que nos acordos de financiamento esses programas geralmente são de longo prazo e que eles não contêm nada de mágico. Representam simplesmente os parâmetros de expectativas econômicas do país durante o período.

“Precisamos ter esse plano de longo prazo para avaliar as probabilidades de performance e de crescimento, para verificar com que valor podemos contribuir”, disse Conable durante entrevista coletiva pouco antes do encerramento da 41ª assembléia anual do Fundo Monetário Internacional e do Bird. Conable insistiu, referindo-se aos países como o Brasil, que estão tentando manter um relacionamento com o FMI sem a aprovação de um plano formal, que “não temos condições de analisar se o apoio financeiro será bem sucedido”. J.A.R.